



Barros Basto Um Dreyfus português há 70 anos Pág. 4/5

“As lágrimas deixam-se correr para dentro”

Neta do capitão Barros Basto, o militar judeu afastado do Exército em 1937 e cujo pedido de reintegração aguarda decisão da Assembleia da República, recorda drama familiar de décadas. Isabel Ferreira Lopes tem uma missão. E uma regra de ouro, ensinada pela avó: “As lágrimas devem deixar-se correr para dentro, não para fora”. *Por Luís Francisco*

● “O facto de nunca nos terem contado o que se passara, de conseguirem dar-nos uma vida de família normal, sem nos incutirem o ódio, isso é espantoso. Tenho grande orgulho neles. E é por isso que sinto que lhes devo este esforço.” Isabel Ferreira Lopes, 58 anos, está empenhada em reabilitar a memória do seu avô, o capitão do Exército Arthur Barros Basto, afastado da instituição militar em 1937 por conduta imprópria, na versão oficial. Por discriminação religiosa, afirmam os seus familiares.

Isabel viveu com os avós muitos anos. As sombras da tragédia estavam por todo o lado, mas as crianças foram sempre protegidas. Ainda hoje, a neta do capitão Barros Basto garante que não está a par de tudo o que sucedeu. “Estou sempre a descobrir novos detalhes, porque a minha mãe também só me ia passando a história aos poucos...” Uma história que envolve o afastamento de um militar da instituição que era a sua vida, mais a doença que havia de lhe levar um filho daí a uns anos e as dificuldades próprias dos tempos de guerra que se viviam na Europa.

Barros Basto enfrentou a justiça militar em 1937, depois de uma carta anónima, no ano anterior, o ter acusado de práticas homossexuais. Apesar de ter dado como não provados esses actos, que na altura configuravam um crime, os responsáveis do Exército português aplicaram ao acusado uma pena cruel: a “separação de serviço”. Ou seja, apesar de ficar proibido de usar a farda e os símbolos militares, continuava sujeito à disciplina do Exército e susceptível de voltar a ser julgado por actos ou palavras considerados incompatíveis com o “prestígio da função” ou ofensivos do “decoro da farda”.

Mas quais eram, afinal, as acusações? Barros Basto assistira a, ou praticara, circuncisões a alunos do Instituto Teológico Israelita do Porto, no qual era professor, e cumprimentava os seus pupilos com beijos nas faces. Em ambos os casos, tratava-se de



Isabel Ferreira Lopes: “Devo este esforço aos meus avós”

comportamentos absolutamente normais entre os judeus sefarditas de Marrocos, onde Barros Basto se convertera à religião judaica. A par disso, assumira publicamente a causa do regresso dos marranos (os judeus obrigados a converterem-se ao cristianismo nos anos da Inquisição) ao judaísmo.

“Condenado” em 1978

Ou seja, Barros Basto era um activista judeu numa época de feroz anti-semitismo na Europa – que teria o seu clímax no Holocausto perpetrado pelo III Reich alemão nos anos seguintes, durante a II Guerra Mundial. Uma vez que foi ilibado dos crimes de que ia acusado, o militar só pode ter sido condenado por “discriminação religiosa”, resume o advogado Rui Silva Leal, que representa a família. Para ele, o cenário é claro: “Acho este caso fácil. Não tenho grandes dúvidas de que vai ser rapidamente resolvido. Um Estado de regime democrático consolidado não pode corroborar esta perseguição por motivos religiosos.”

É impossível não encontrar nesta história um paralelismo quase chocante com o celeberrimo caso Dreyfus, que incendiou a França no final do século XIX. O também capitão Alfred Dreyfus, de origem judaica, foi acusado de espionagem com base em denúncias feitas – claro – através de carta anónima. Condenado em 1894 a prisão perpétua e encarcerado na infame colónia penal da Ilha do Diabo, Guiana Francesa, Dreyfus acabou depois por ser ilibado e reinstalado nas fileiras militares.

Dreyfus teve a seu favor a intervenção apaixonada e pública de vários intelectuais franceses, com o escritor Émile Zola à cabeça (é da sua autoria a famosa carta aberta *J'accuse*). Só essa mobilização conseguiu forçar o Estado francês a reconhecer que se estava perante um erro jurídico e uma injustiça histórica: as provas incriminando um outro militar, o major Esterhazy pela passagem de informações secretas para os alemães, tinham sido, entretanto, ignoradas pelo tribunal militar. Em

21h
3-1
Ser
21h
Sal
Cor
21h
Sal
00h
7-1
Sal
00h
18h
19h
Sal
Ido
00h
Eu
00h
19h
Am
19h
Am
19h
do J
Em
21h
21h
Sal
00h
16h
ZOF
Av. J
A C
23h
18h
Am
00h
Par
Alt
21h
O Se
18h
Aço
Ser
21h
Eng
22h

Vi

ZON

Alar

A Se

I13h

Tem

00h

13h2

Golp

00h

Seg

(V:Pr

Seg

114h

Ago

Vi

Fra

Quin

Fórr

ZON

T. 70

A Pe

21h1

Engi

00h

Par

Avos

Lico

19h1f

Mosa

23h4

18h5f

ZON

Est. 1

A. Se

114h

John

21h3f

21h1c

15h5f

de T1

13h3f

24h (

17h3f

T

Por

Bar I

R. de

Sit B

Ana I

1906, Dreyfus foi finalmente ilibado e regressou ao Exército, a tempo de combater na I Guerra Mundial.

Mas em Portugal, à data das acusações contra Barros Basto, não havia liberdade de expressão e o assunto ficou confinado à esfera militar. Foi preciso esperar muitos anos até a situação política permitir novos desenvolvimentos. Nem mesmo o fim da ditadura marcou uma evolução imediata.

A questão está agora na Assembleia da República e as próprias declarações de Fernando Negrão, presidente da comissão parlamentar de Assuntos Constitucionais, indiciam que o Estado português poderá, em breve, encerrar uma triste história com mais de sete décadas. Negrão considerou o assunto "urgente". O Exército, entretanto, não assumirá qualquer posição oficial sobre o assunto, a não ser que tal lhe seja solicitado. Barros Basto morreu em 1961, com 73 anos, e foi enterrado de uniforme, com a bandeira portuguesa a cobrir o caixão. Lutou nas trincheiras da I Guerra Mundial, foi condecorado. Dois dias antes de morrer, disse à filha: "Ainda um dia me farão justiça."

Quando a viúva tentou (ajudada pela filha, a mãe de Isabel Ferreira Lopes) reabilitar a memória do seu marido, já depois do 25 de Abril de 1974, a expectativa da família era de que a mudança de regime permitiria finalmente que se fizesse justiça. Mas tal não aconteceu. "É isso que é preocupante", aponta Rui Silva Leal. "O Exército, já em plena democracia, vem dizer que não foi perseguição religiosa ou política. Disseram que o capitão tinha sido condenado por actos homossexuais. Ora, ele fora absolvido destas acusações na altura... nem sequer leram bem a sentença. Estavam a condená-lo em 1978 por uma coisa de que tinha sido absolvido! O que se pode concluir é que houve uma lamentável negligência e se manteve a injustiça sobre um militar que até foi condecorado com a Cruz de Guerra."

É esta a argumentação que agora se encontra sobre a mesa dos deputados, à espera de uma decisão. "Já foram várias as tentativas infrutíferas, espero que seja desta, porque penso que agora estamos a seguir a via certa", analisa Isabel. O advogado mostra-se igualmente optimista, tanto que nem considerou ainda quais os passos a dar no caso de as suas pretensões serem recusadas. "Teria de ser uma reacção violenta, em termos legais. Mas nem pensei na hipótese de o pedido ser indeferido."

A decisão de reintegração póstuma nas Forças Armadas implicaria, certamente, um cenário de indemnização... "Ninguém da família me falou sequer nisso", garante o advogado. "Mas, é claro, e falando como jurista, que há um prejuízo imenso. Não sei em que termos seria, ou não, indemnizável. Só que o problema nuclear aqui não é esse, é a dignidade do militar e do cidadão português."

Depressão profunda

Isabel Ferreira Lopes também nunca aborda a questão por esse lado material quando recorda o "enorme peso – moral, económico, no dia-a-dia" – que a situação representou para a geração da sua mãe. "A perda de regalias



O capitão Arthur Barros Basto com a mulher, Lea Montero Azancot, numa fotografia do álbum da família



Arthur Barros Basto com o pai. E condecorado em 1936, um ano antes de ser afastado do Exército



“

O meu avô passou por períodos depressivos muito fortes, em que se afastava de tudo e todos. Tiraram-lhe tudo o que ele gostava de fazer, a tropa, as aulas... Nos primeiros anos, ele nunca acreditou que o processo corresse contra ele.

Isabel Ferreira Lopes

”

alterou a vida da família, para mais numa época complicada, de guerra. E a tudo isso juntou-se a doença do meu tio, que sofria de tuberculose e morreu no início da década de 1950." Para não deixar os pais sozinhos, a mãe de Isabel mudou-se com a família para a casa destes, no Porto. Isabel e o irmão cresceram lá.

"Tenho recordações muito pacíficas, normais, da infância, dos meus avós. Eram carinhosos, dávamos passeios a pé com eles pela Avenida da Boavista. O meu avô era um grande contador de histórias, escrevia muito, lia muito, correspondia-se com pessoas de todo o mundo por causa do seu trabalho religioso. Numa época em que não existia a actual facilidade de comunicação, isso era notável."

Mas se as recordações de Isabel são cor-de-rosa, a vida não era fácil. "A minha mãe contou-me que o meu avô passou por períodos depressivos muito fortes, em que se afastava de tudo e todos. Tiraram-lhe tudo o que ele gostava de fazer, a tropa, as aulas... Nos primeiros anos, ele nunca acreditou que o processo corresse contra ele."

Mas correu. E a decisão manteve-se, resistindo ao fim da II Guerra Mundial e da perseguição aos judeus, à queda do regime fascista em Portugal, à instituição da democracia. Durante todos esses anos, a família manteve o assunto na agenda, mas não falava dele dentro de casa. "É uma coisa de família, as desgraças não são para andar aí a falar delas", lembra Isabel. Mesmo assim, não pode ter sido fácil. "Ainda hoje penso como foi possível protegerem-nos tanto, a mim e ao meu irmão. Até em termos religiosos: nos tempos do antigo regime, nós íamos à sinagoga, mas menos do que os adultos, para não nos exporem."

A coragem e a determinação passaram de geração em geração. "As minhas três filhas já estão apostadas em continuar esta luta", garante Isabel. As mulheres da família sabem de cor a lição: "A minha avó dizia sempre que as lágrimas devem deixar-se correr para dentro, não para fora."



Exército
Barros Basto foi afastado por ser judeu. O pedido de reintegração está na AR P2

Neonazis
Alemanha acordou para o terror P2



Jesus e as mulheres
Portugal já tem uma associação de teólogas feministas P2

ípsilon
Carlos Paredes vai partir mundo fora



Pilotos reclamam 400 milhões da TAP e põem privatização em risco

Em 1999 os pilotos chegaram a acordo com a TAP para ficarem com direito a uma participação até 20% e ainda a um lugar no conselho de administração

Os pilotos da TAP, que convocaram uma greve de oito dias com início em Dezembro, alegam que já contribuíram com mais de 400 milhões

de euros, desde que assinaram um acordo com o Governo em 1999, para garantir uma participação até 20% na transportadora aérea estatal. O

braço-de-ferro ameaça o processo de privatização da empresa, que tem de ser concluído em 2012. Aquele montante terá revertido a favor da TAP,

devido agora ser assumido como o investimento dos trabalhadores no capital da transportadora, defendem os pilotos. → Economia, 24

Sugestão da troika

Governo deixa a privados decisão sobre salários

Passos Coelho diz que não cabe ao Estado interferir na política salarial das empresas, demarcando-se das posições da troika sobre corte de vencimentos no privado, mas falou de "moderação salarial". → Economia, 25

Direito de resposta

“REN manteve quadros acusados em funções”

→ Portugal, 9

Demissão do FMI

Borges saiu por divergências com Lagarde

Na base da demissão de António Borges do FMI estão, apurou o PÚBLICO, divergências com a política seguida pela directora-geral, Christine Lagarde, e não razões pessoais como foi dito oficialmente. → Economia, 26

Juiz mandou deter Duarte Lima por perigo de fuga Caso BPN pode acelerar julgamento por crime no Brasil Págs. 3/4



Duarte Lima, ontem, a sair de casa

Transplantes em mínimos históricos após cortes na Saúde

A colheita de órgãos em cadáveres para serem transplantados em doentes em lista de espera atingiu em Outubro um mínimo histórico – apenas dez. Nos primeiros dez meses deste

ano fizeram-se menos 87 transplantes do que em igual período do ano passado. Há quem não hesite em relacionar a descida com o corte de metade das verbas para a área decretado em Agos-

to. Somando os primeiros dez meses dos últimos três anos, 2011 é aquele em que está a haver menos colheitas: houve menos 32 dadores do que em igual período do ano passado, o que

fez com que houvesse menos 94 órgãos colhidos e menos 87 transplantes. Só à espera de um rim estão cerca de 2200 pessoas. Desconhece-se quantas morrem à espera. → Portugal, 6

PUBLICIDADE

Goethe

Camões

mais Alemão

www.goethe.de/maisalemao